

PARECER CGIM

Processo nº 215/2022/FMS-CPL

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Referência: Contratos nº 20238599, nº 20239017, nº 20239024, nº 20239042, nº 20239046, nº 20239031 e nº 20238584.

Assunto: Solicitações de Contratações de empresas para aquisição de gêneros alimentícios para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás.

RELATORA: Sr.^a JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA, Controladora Geral do Município de Canaã dos Carajás – PA, sendo responsável pelo Controle Interno conforme Portaria nº 272/2021, declara para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução Administrativa nº 29/TCM de 04 de Julho de 2017, que analisou integralmente o **Processo nº 215/2022/FMS-CPL, Pregão Eletrônico nº 082/2022/SRP**, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 c/c Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.125/2020, declarando o que segue.

DA COMPETÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

O controle interno é o fiscal das atividades exercidas por pessoas físicas e jurídicas, evitando que a entidade objetivada não se desvie das normas preestabelecidas ou das boas práticas recomendadas.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro¹, “O controle constitui poder-dever dos órgãos a que a lei atribui essa função, precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu”.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 74 as finalidades do sistema de controle interno, já a Lei nº 71/2005, com fulcro no art. 31 da CRFB e art. 59 da Lei

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.



Complementar 101/2000, regulamenta dentro do Município de Canaã dos Carajás a Unidade de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, atribuindo dentre outras competências:

Art. 5 ° I – Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como das aplicações de recursos públicos por entidade de direito privado;

(...)

IV – Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

Diante disso, é evidente a competência do Controle interno na verificação da regularidade das licitações e contratos. Assim, a fim de cumprir as atribuições legais desta Controladoria, expedimos o parecer a seguir.

PRELIMINAR

Ab initio, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificada e registrada a cronologia dos fatos, vejamos:

Os Contratos nº 20238599, nº 20239017, nº 20239024, nº 20239042, nº 20239046, nº 20239031 e nº 20238584 foram assinados pelas empresas nos dias 15/02/2023, 10/02/2023, 10/02/2023, 14/02/2023, 10/02/2023, 16/02/2023 e 14/02/2023, respectivamente, enquanto que o Despacho da CPL à CGIM para análise foi datado no dia 07 de março de 2023. Insta salientar que, o prazo de análise por esta Controladoria é, em média de 03 (três) a 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado a depender da complexidade da causa.



RELATÓRIO

Trata-se de solicitações de contratações de empresas para aquisição de gêneros alimentícios para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás

As contratações encontram-se instruídas com o Processo Licitatório nº 215/2022/FMS-CPL e os todos os documentos acostados. Além disso, o processo contém: as solicitações de contratações e os respectivos cronogramas de execução contratual (fls. 2081 - 2131), despacho da Secretária Municipal de Saúde para providência de existência de recurso orçamentário (fl. 2132), notas de pré-empenhos (fls. 2133 - 2160), declaração de adequação orçamentária (fl. 2163), termo de autorização do Chefe do Executivo Municipal (fl. 2164), Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista e as confirmações de autenticidade (fls. 2165-2253), convocações para as celebrações dos Contratos (fls. 2254, 2260, 2269, 2276, 2289, 2299 e 2309), contratos nº 20238599, nº 20239017, nº 20239024, nº 20239042, nº 20239046, nº 20239031 e nº 20238584 (fls. 2255-2259, 2261-2268, 2270-2275, 2277-2288, 2290-2298, 2300-2308, 2310-2332) Despacho da CPL à CGIM para análise e emissão de parecer acerca dos Contratos (fl. 2333), requerimento CGIM (fl. 2334), documento em atendimento ao requerimento (fl. 2335) e despacho da CPL à CGIM (fl. 2336)

É o sucinto relatório. Vejamos a análise do mérito.

ANÁLISE

A Lei nº 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O artigo 3º da referida lei discorre sobre os requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão, quais sejam, *in verbis*:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:



- I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;*
- II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*
- III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e*
- IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.*

Vale destacar, que o Pregão Eletrônico fora regulamentado neste Município pelo Decreto nº 1.125/2020, cujo caput do artigo 21 aduz o seguinte:

Art. 21. O Pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrerem à distância e em sessão pública, por meio de sistema dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

E ainda, o referido Decreto Municipal prevê em seu artigo 2º que as aquisições de bens e serviços comuns e os de engenharia junto à Administração Pública, serão procedidos, preferencialmente, por meio eletrônico, senão vejamos:

Art. 2º. Ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, a aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, será precedida de licitação pública, na modalidade pregão, preferencialmente no modo eletrônico. (grifo nosso).

O objeto do presente processo licitatório se subsumiu ao previsto no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços por meio do Pregão Eletrônico dada economicidade do procedimento, tornando-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento.



O Sistema de Registro de Preços é previsto no artigo 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 e está regulamentado neste Município pelo Decreto nº 686/2013, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência, RDC ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último, nos termos do artigo 6º do referido decreto.

O pregão fora realizado tendo como **VENCEDORAS** as empresas **WEK ENTREGAS E SERVIÇOS EIRELI, W E J ATACADISTA EIRELI, DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPEAO EIRELI, DEL TORO BOUTIQUE DA CARNE EIRELI, H. MIX – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, DMB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e PLAZA BURGERS EIRELI**, sendo adjudicado, homologado e devidamente publicado, procedendo-se a confecção da Ata de Registro de Preços nº 20223552 com validade de 12 meses a partir de sua assinatura, emitida em 02 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 686/2013, sendo seu extrato devidamente publicado no dia 20 de dezembro de 2022 (fls. 1886-1887).

Desta forma, atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde consta no processo solicitações de Contratações das empresas **H. MIX – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, PLAZA BURGERS EIRELI, DEL TORO BOUTIQUE DA CARNE EIRELI, DMB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, W E J ATACADISTA EIRELI, DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPEAO EIRELI, WEK ENTREGAS E SERVIÇOS EIRELI** nos termos da Ata de Registro de Preços mencionada, dentro do seu prazo de validade, juntamente com a Nota de Pré Empenho e Declaração de Adequação Orçamentária.

As contratações foram formalizadas através dos Contratos nº 20238599, nº 20239017, nº 20239024, nº 20239042, nº 20239046, nº 20239031 e nº 20238584, conforme os termos legais, **devendo ser publicados seus extratos.**

Em tempo, recomenda-se que nas publicações dos extratos de contratos no Diário Oficial dos Municípios conste nas ementas o nome do fiscal de contrato e o número da portaria de nomeação, documento este imprescindível para o prosseguimento do procedimento licitatório.



No mais, o procedimento obedeceu aos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 686/13 em todas as suas fases.

CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, esta Controladoria conclui que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais nesta fase de contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 38, 40, 61 e demais aplicável da Lei nº 8.666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara, por fim, ciência de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás, 08 de março de 2023.


JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA
Controladora Geral Interna do Município
Portaria nº 272/2021


MÁRCIO AGUIAR MENDONÇA
Analista de Controle Interno
Matrícula nº 0101315